

Universidade Livre Feminista
Universidade Católica de Brasília
Movimento do Graal do Brasil
CEBI - Centro de Estudos Bíblicos Coletivo
CFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria
Ana & Outras

Trabalho de Conclusão de Curso

ALUNA: IVANIRA DO MONTE OLIVEIRA – CONTADORA E ATIVISTA, ASSOCIADA DO MOVIMENTO DO GRAAL DO BRASIL, ATUALMENTE FAÇO PARTE DA EQUIPE DE ASSESSORA TÉCNICA E GESTÃO DA ASSOCIAÇÃO CULTURAL ENCANTO DE ITAPOA-ACEIP.

Sobre a Violência contra as Mulheres em situação de rua.

Como associada do Movimento de Mulheres do Graal do Planalto, vivi uma experiência durante alguns meses acompanhando a execução de um projeto, com dois grupos de Mulheres em situação de rua. Tive a oportunidade de conhecer algumas Mulheres e escutar seus relatos da experiência que vivenciaram, mais a pior violência vivida foi cometida pelo próprio sistema. Hoje, embora sendo Mulheres de representações de alguns movimentos, depois de passar e assistir vários tipos de violências nas ruas, reconhecem que no atendimento hospitalar foi o onde elas se sentiram mais violadas, por ser um espaço em que deveriam serem acolhidas. Pelo fato de serem mulheres em situação de rua, não são reconhecidas como cidadãs perante a sociedade, mesmo sabendo que haja um decreto especificamente para garantir assistência a elas.

Numa dessas escutas, uma mulher trans e negra e educadora social falou do privilégio de estar em vários espaços de poder, o que dá a ela a oportunidade de conhecer outras companheiras trans, e juntas partirem em busca de políticas afirmativas para garantir os seus direitos já que, durante sua vida, elas são as maiores vítimas de descasos social e violência, dentro e fora de casa. Embora seja obrigação do sistema criar equipamentos públicos para a discussão do tratamento da mulher trans, inclusive as profissionais do sexo, nos CAPS, nos acolhimentos, tais serviços não são prestados, tanto falta de treinamento dos profissionais de saúde, quanto pela ausência de campanhas de conscientização sobre saúde mulher trans.

Segunda minha escuta, quando uma mulher trans é violentada, e vai ao posto de saúde, ela tem seu nome social desrespeitado na frente de todos, o profissional que a atende não está preparado para a forma de tratamento ao acolhê-la, o que prova que tais políticas afirmativas, como o Decreto. 37.982 de 2017, se mostram ineficazes.

“Quantas mulheres trans já morreram, pra que eu estivesse aqui viva?”, “Eu tenho 35 anos e já me sinto uma sobrevivente nesse país.”, momentos do relato que mais me comoveram, lembrando que expectativa de vida de mulheres trans no Brasil, é de 35 anos. Para ela, de de responsabilidade dos órgãos públicos a capacitação de seus funcionários/servidores para que não cometam agressões ou desrespeitem corpos trans, que tem validade, que votam e pagam impostos.